

BOLETIM DE CONJUNTURA Nº 5

Edição: 05/09/2008

Periodicidade: quadrimestral

Introdução

Este Boletim tem como objetivo subsidiar o Sindicato dos professores de São Paulo (APEOESP) nos debates e no processo da campanha salarial do professorado paulista e na defesa da categoria. O conteúdo do boletim traz uma breve análise dos principais indicadores da conjuntura econômica nacional e do Estado de

São Paulo, bem como dados conjunturais da secretaria da educação, tal como a evolução do emprego e salários do quadro do magistério paulista. A exposição dos dados permite o conhecimento dos indicadores conjunturais em uma linguagem simples e acessível, organizada em quatro tópicos:

1. Indicadores da Conjuntura Econômica Nacional.
2. Indicadores de Contas Públicas do Estado de São Paulo.
3. Indicadores de emprego na área da educação
4. Campanha Salarial e a nova Tabela Salarial
5. Conclusão

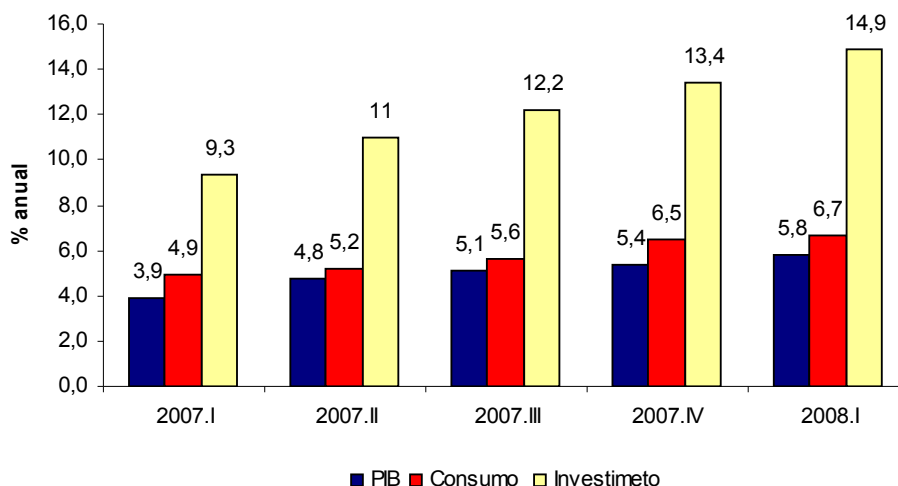
1. Indicadores da Conjuntura Econômica Nacional (PIB, Inflação, Desemprego)

A atividade econômica medida pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2008 registrou um crescimento anualizado de 5,8%. A aquisição de bens e serviços pelas famílias aumentou 6,7% e o investimento das empresas cresceu 14,9% no acumulado de quatro trimestres terminados em março de 2008, em relação ao mesmo período do ano anterior.

O crescimento do investimento a taxas maiores que o consumo é

uma indicação de que o processo de crescimento econômico não gera um quadro de forte pressão inflacionária. Os dados do PIB do primeiro trimestre de 2008 mostram que a economia ainda está bastante aquecida, tanto do lado das famílias que vêem a renda, o emprego e o crédito crescerem, quanto do lado das empresas que andam confiante com o ambiente macroeconômico doméstico.

Gráfico 1
Taxa de Crescimento do PIB, Consumo e Investimento
Acumulada nos últimos 4 trimestres - 1º trim/2007 a 1º trim/2008



Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

A inflação medida pelo Índice de Custo de Vida (ICV-DIEESE) e pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), que é o Índice oficial do governo para a fixação das metas de inflação, apresentou uma

trajetória de crescimento no acumulado em 12 meses desde o segundo trimestre de 2007, porém foi a partir de dezembro de 2007 que a evolução dos índices se intensificou, sobretudo os principais alimentos da

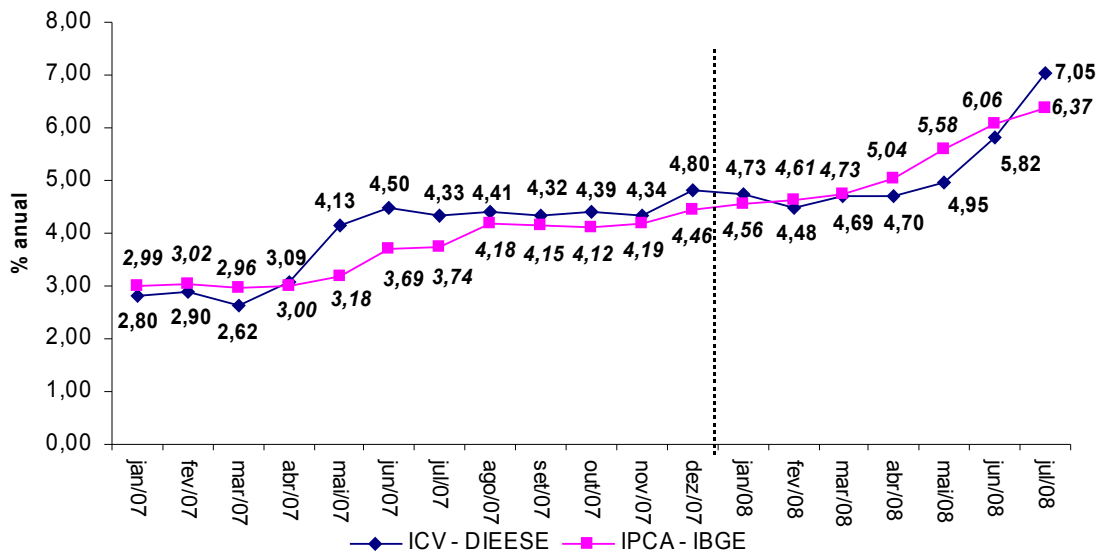
cesta básica (arroz, feijão, farinha de trigo, carnes). Movimento esse que vem de fora do país, como o aumento do consumo asiático e, nos EUA, o deslocamento da produção de milho de alimento para biocombustíveis.

A inflação não foi sentida por todas as faixas de renda de forma homogênea. Como os alimentos pesam mais para o orçamento dos mais pobres, são eles que mais sentem, enquanto que os mais ricos foram beneficiados pela queda do dólar no mercado nacional, que permite a importação mais barata de produtos de luxo.

A evolução da inflação acumulada em 12 meses próxima ao limite máximo da meta da inflação do governo, que é de 6,5% foi à justificativa para os três aumentos seguidos da taxa de juros pelo Banco Central.

Como o critério adotado da taxa acumulada em 12 meses “carrega” a inflação passada, mesmo que a taxa mensal de inflação desacelere no segundo semestre, o índice ira aumentar até que as maiores taxas passadas saiam do cálculo.

Gráfico 2
Índice de Custo de Vida - DIEESE e Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE
Taxas Anuais - Jan/07 - Jul/08

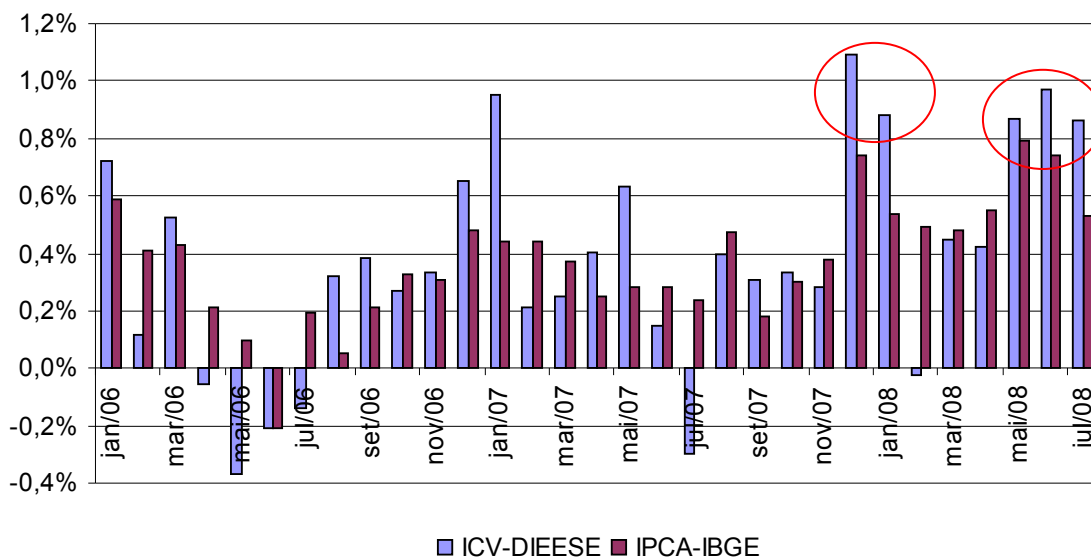


Fonte: DIEESE – índice de Custo de Vida e IBGE – Sistema Nacional de Preços ao Consumidor
 Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp Cepes.

A Evolução dos preços medidos pelos mesmos índices (ICV e IPCA) na série mês a mês, entre janeiro de 2006 e julho de 2008, atinge o pico em dezembro de 2007. No início de 2008 o crescimento dos preços desacelera

momentaneamente para crescerem novamente em maio e junho. Vale lembrar que são os alimentos que pressionam os índices de inflação para cima.

Gráfico 3
Índice de Custo de Vida - DIEESE e Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE
Varição mensal - Jan/07 - Jul/08



Fonte: DIEESE – índice de Custo de Vida e IBGE – Sistema Nacional de Preços ao Consumidor
 Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp Cepes.

De janeiro de 2007 até julho de 2008, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE (IPCA) Geral aumentou 8,84%. O índice geral inclui os principais bens e serviços consumidos pelos brasileiros com nível de renda entre 1 e 40 salários mínimos como alimentos, transporte, tarifas públicas, gastos com residência, gastos pessoais, entre outros.

Porem, quando se desagrega do IPCA o item alimentos e bebidas, o aumento nos 19 meses terminados em julho foi de 21,61%.

O aumento do preço dos alimentos tem reflexo total no custo dos produtos essenciais da cesta básica. O DIEESE acompanha a evolução dos

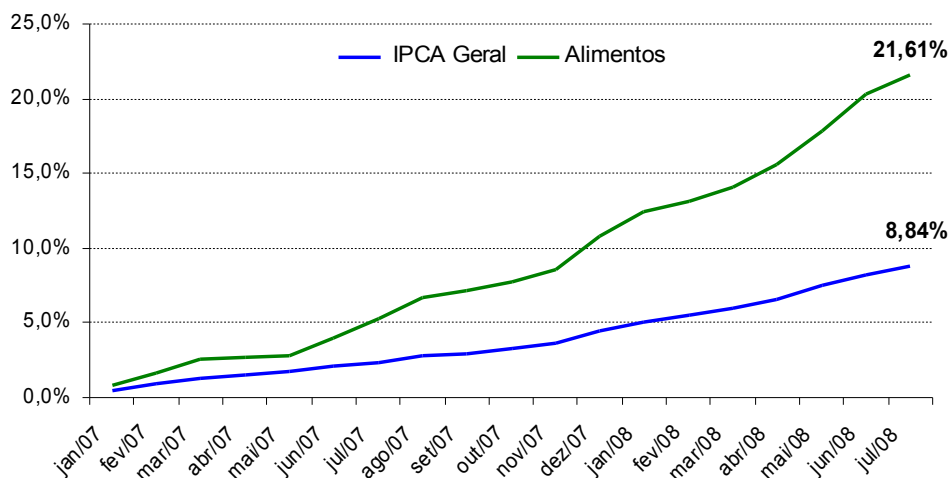
preços de 13 produtos alimentícios na capital paulista.

O valor da cesta em julho de 2008 ficou em R\$ 252,13, a segunda cesta mais cara das 16 capitais que o DIEESE pesquisa.

Em relação a julho de 2007 a Cesta Básica aumentou nada menos do que 34,8% no município, sendo que os itens que ficaram mais caros na mesa do trabalhador são o feijão (114,6%), o arroz (50,7%), o óleo de Soja (51,4%) e a carne (31,6%).

A política de aumento a taxa de juro básico (selic) desde abril de 2008 contribuiu para o retorno da inflação futura para o centro da meta, como mostram os novos relatórios dos BC.

Gráfico 4
Evolução da Inflação acumulada – IPCA Geral e Alimentos
Jan/2007 e jul/2008



Fonte: IBGE – Sistema Nacional de Preços ao Consumidor
 Elaboração: DIEESE – Subseção Apeesp Cepes.

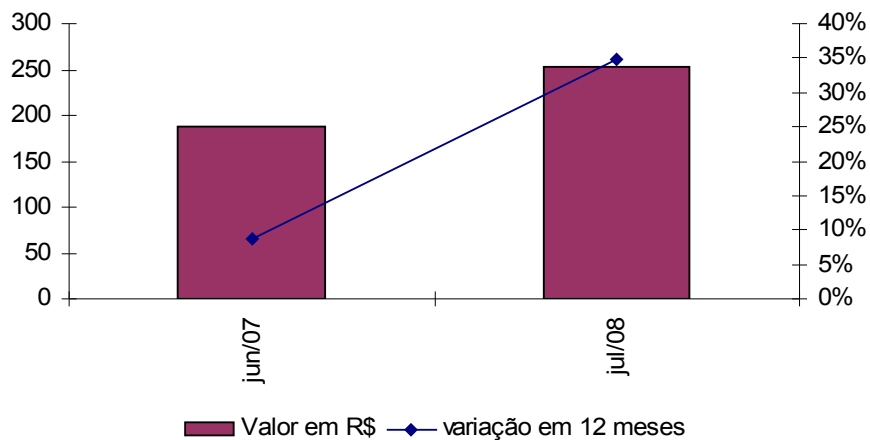
A inflação esperada para 2009 volta a ser próxima de 4,5% e a expectativa de inflação para 2008 voltou para o limite máximo de 6,5%.

Esses ajustes foram claramente favorecidos pela queda no preço de alguns insumos básicos

como o petróleo e o aço, bem como pela queda expressiva dos alimentos.

Em agosto o próprio IGP-M da FGV apresentou uma deflação – 0,32% e a CESTA básica interrompeu a trajetória de alta em 15 das 16 capitais pesquisadas pelo DIEESE.

Gráfico 5
Preço da cesta Básica em São Paulo
Julho de 2007 e julho de 2008

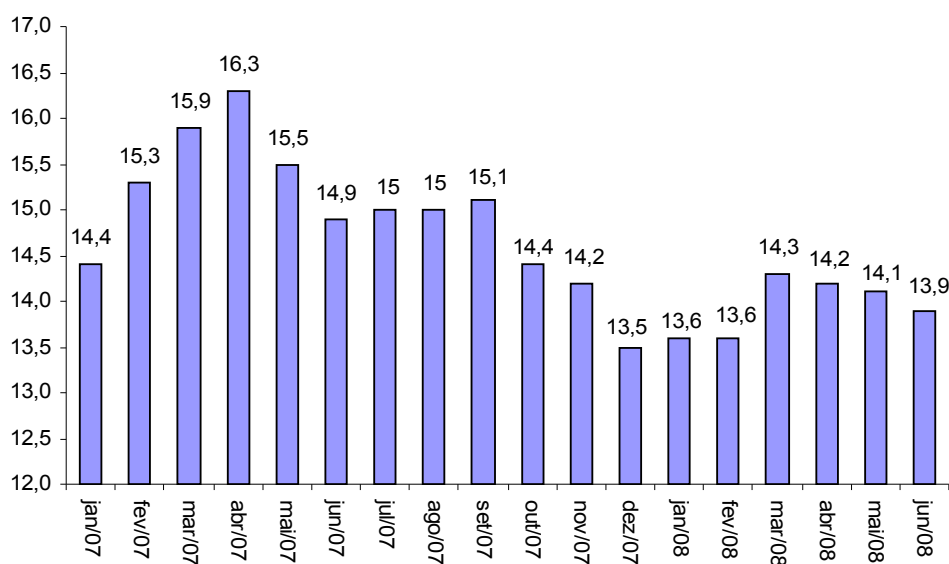


Fonte e Elaboração: DIEESE

No dois primeiros meses desse ano a taxa de desemprego apresentou trajetória atípica para o período, pois permaneceu em um patamar similar a do final do ano quando o mercado de trabalho fica mais aquecido em função das vendas

do período. Em março a taxa de desemprego aumentou, porém a partir de abril o ritmo da ocupação cresceu a cada mês, reduzindo a taxa de desemprego no mês de junho para 13,9% da População Economicamente Ativa (PEA).

Gráfico 6
Taxa de Desemprego ⁽¹⁾ RMSP
jan/07 -jun/08



Fonte: DIEESE
Elaboração: DIEESE – Subseção – Apeoesp/Cepes
Nota: (1): Refere-se à soma do desemprego aberto e oculto PEA/Desempregados

O desemprego apresentou uma queda de 1 p.p, em junho de 2008 se comparado ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 6), o que mostra que existe uma tendência consistente de redução da taxa de desemprego em São Paulo, isso porque os postos de trabalhos gerados absorvem além do continente de pessoas que entram no mercado, aqueles que já estavam

desempregados . Mas a taxa de desemprego ainda é alta, realidade que atinge aproximadamente 1,5 milhão de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo.

A continuidade de queda no desemprego em São Paulo dependerá dos possíveis impactos do aumento do juro pelo banco Central na confiança das empresas em investirem na produção.

2. Indicadores de Contas Públicas do Estado de São Paulo

2.1 Receita: Arrecadação de ICMS

Segundo dados da Secretaria da Fazenda, em Junho de 2008 a arrecadação da quota parte do Estado referente ao Imposto sobre Circulação de Serviços (ICMS) somou, R\$ 4,6 bilhões em preços de dezembro de 2007. Esta arrecadação indica um aumento real (2,3%) na comparação com o mês anterior.

Em virtude do forte ritmo de arrecadação do ICMS o 1º semestre de 2008 apresentou um crescimento real de 14,1% em relação ao mesmo período de 2007.

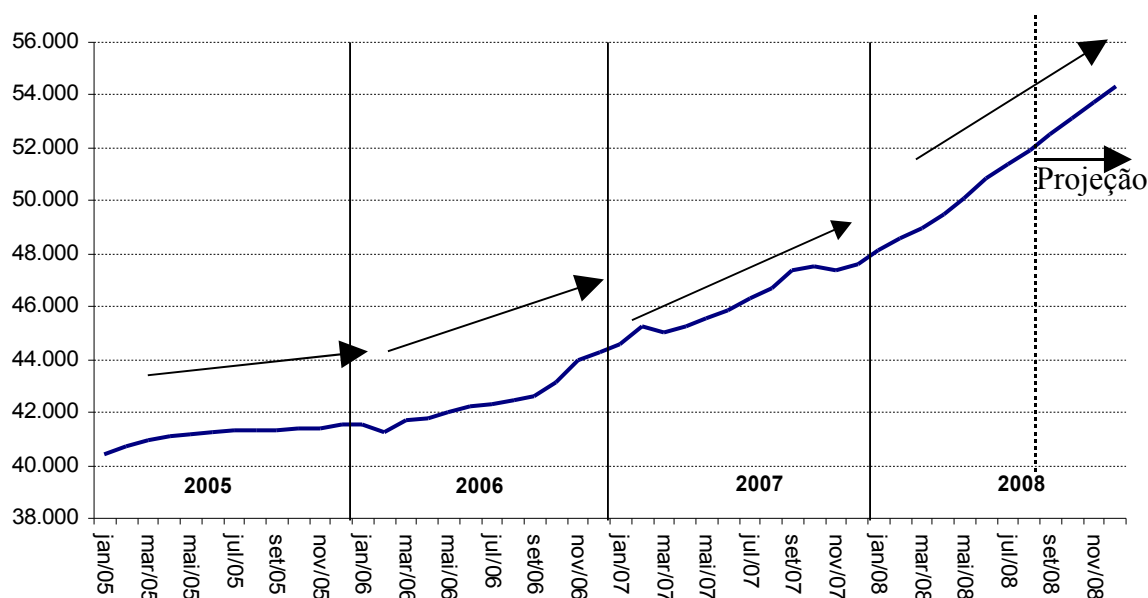
Os dados também são positivos na comparação com os 12

meses encerrados em junho de 2008, crescimento real de 10,8% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores.

No gráfico abaixo, elaborado pelo DIEESE podemos observar que a arrecadação de ICMS vem apresentando trajetória crescente, retomada desde 2006 com a volta do crescimento da economia.

Esses dados revelam que as perspectivas de crescimento da economia devem manter a tendência de arrecadação crescente no segundo semestre.

Gráfico 7
Arrecadação de ICMS no Estado de São Paulo
Acumulado nos últimos 12 meses
2005-2008



Fonte: Secretaria da Fazenda

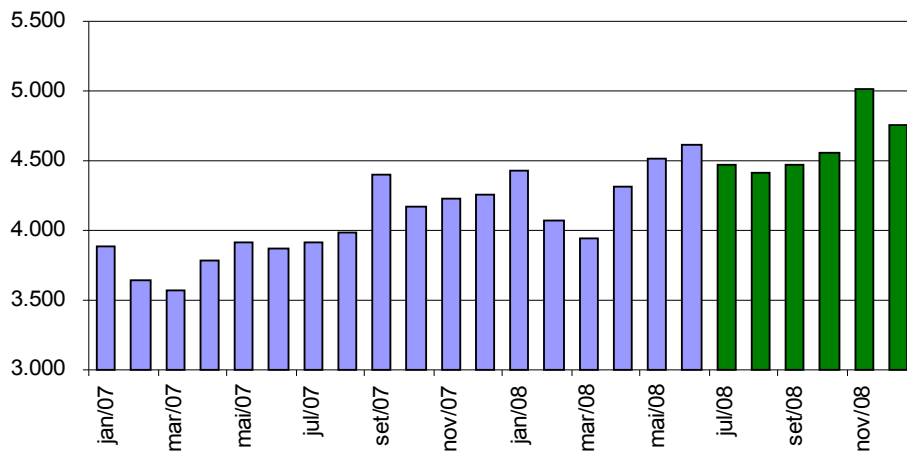
Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp/Cepes

Nota: Deflacionado com base no IPCA-IBGE

O Gráfico abaixo mostra a evolução mensal do ICMS no Estado de São Paulo. A projeção para o segundo semestre, indicada pelas barras verdes, é de relativa

estabilidade porem em patamares altos até outubro, e de um aumento considerável em novembro e dezembro.

Gráfico 8
Arrecadação de ICMS no Estado de São Paulo
Valor em R\$ mensal
Jan/2007 Dez/2008

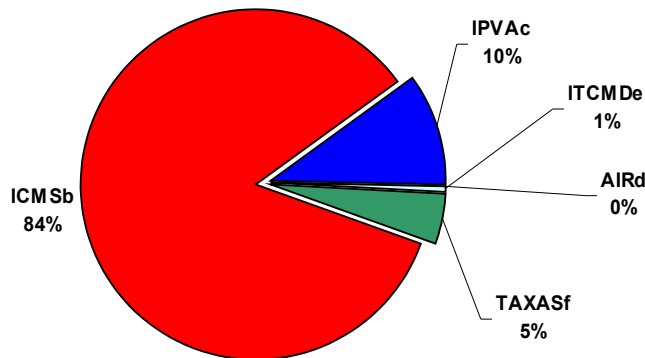


Fonte: Secretaria da Fazenda
 Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp/Cepes
 Nota: Deflacionado com base no IPCA-IBGE

O ICMS é o tributo mais importante para as contas públicas estaduais. No primeiro semestre de 2008, 84% da arrecadação tributária

veio do ICMS. O IPVA ficou em segundo lugar, com 10% da arrecadação.

Gráfico 9
Participação dos Tributos na arrecadação do Estado de São Paulo
Acumulado de janeiro a junho de 2008



Fonte: Secretaria da Fazenda

Esses dados indicam que, em seu conjunto, a arrecadação afetiva do estado deve superar em muito a arrecadação programada. Pela LOA 2008 o estado programou uma receita tributária de 74.961.358.680, um crescimento de 4,78% em relação ao registrado em 2007. Se as expectativas se confirmarem e os

efeitos da crise não se aprofundarem até o fim do ano a Receita Tributária deve crescer 19,18%, possibilitando uma sobra ou excesso de arrecadação da ordem de 10 Bilhões. O valor adicional para a educação advindo da receita extraordinária é de cerca de 3 Bilhões de reais.

Tabela 1
Projeção de excesso de arrecadação Tributária

Executado 2007	LOA 2008	Projeção DIEESE/Cepes	Excesso arrecadado
71.538.997.386	74.961.358.680	85.257.436.428	10.296.077.748

Fonte: Secretaria da Fazenda

Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp/Cepes

Nota: A projeção da receita de 2008 teve como base o crescimento de janeiro a julho.

2.2 Despesa de Pessoal do Poder Executivo do Estado – Comparação quadrimestral

Devido às políticas de contenção fiscal e obtenção de superávits primários para o pagamento dos juros, a política de execução orçamentária do governo do estado tem se caracterizado pelo crescimento da receita acima das despesas.

No período de 1º quadr/2001 a 1º quadr/2007, a Receita Corrente Líquida acumulou alta de 116,70%, ao passo que a Despesa com Pessoal cresceu apenas 78,97%, em termos nominais.

É este quadro geral que explica a queda de 8,32 pontos percentuais (p.p.) no comprometimento da **Receita Corrente Líquida** com a **Despesa de**

Pessoal, quando comparados o 1º quadr/2001 e o 1º quadr/ 2008.

Os dados resumidos do relatório do governo entre 2001 e 2008 encontram-se na Tabela 2. Os efeitos desta política propiciaram ao Estado registrar gasto abaixo do **limite prudencial** expresso na **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, de **39,48% da RCL**.

Segundo a LRF o **Limite Máximo** é de **49,00%**

(art. 20), ao passo que o **Limite Prudencial** é de **46,55%** (art. 22).

Nos três últimos anos a margem para aumento das despesas com pessoal aumentou na proporção do arrocho aplicado pelo governo, principalmente a partir de 2002.

Tabela 2
Execução Orçamentária – Despesa de Pessoal e Receita Corrente Líquida
Estado de São Paulo – 2000 a 2006

Período	Receita Corrente Líquida	Despesa com Pessoal	%
1 quadr/2001	34.512.605	16.500.129	47,81%
1 quadr/2002	36.319.352	17.716.161	48,78%
1 quadr/2003	42.238.219	19.749.110	46,76%
1 quadr/2004	44.537.012	20.661.372	46,39%
1 quadr/2005	52.208.287	22.336.591	42,78%
1 quadr/2006	58.209.611	25.392.654	43,62%
1 quadr/2007	64.634.624	27.163.341	42,03%
1 quadr/2008	74.790.515	29.530.310	39,48%
Varição %	116,70%	78,97%	-8,32%

Fonte: Secretária Estadual da Fazenda

Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

Obs: A Receita Corrente Líquida corresponde à Receita Corrente do Estado menos transferências constitucionais, legais e contribuição dos servidores.

Considerando a estrutura das contas do governo estadual nos primeiros quatro meses de 2008, há uma possibilidade de reajuste de 17,90% nos gastos com pessoal para

atingir o limite prudencial contido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e de 24,10% para chegar ao limite máximo definido na LRF.

Tabela 3
Possibilidade de aumento global da folha considerando os limites fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal

Item	2008
Receita Corrente Líquida	74.790.515,00
Gasto com Pessoal	29.530.310,00
% Comprometido	39,48%
Limite Prudencial (95% Limite Máximo)	34.814.984,73
Limite Máximo 49,0%	36.647.352,35
Reajuste Possível - Limite Prudencial	17,90%
Reajuste Possível - Limite Máximo	24,10%
Aumento Nominal Possível - Limite Prudencial	5.284.674,73
Aumento Nominal Possível - Limite Máximo	7.117.042,35

Fonte: SEF-SP Relatório de Gestão Fiscal 1º quadrimestre 2008

Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

3. Conjuntura setorial da área da educação

3.1 O Gasto com Educação no Orçamento

A tabela abaixo mostra qual o orçamento global do Estado de São Paulo, e qual a porcentagem dele que é gasto com a Educação. Entre 2002 e 2008, a fatia dos recursos

orçamentários direcionados para a Secretaria da Educação passou de 16,06% para 13,89%, uma queda de 2,17 pontos percentuais.

Tabela 4
Orçamento do Estado de São Paulo e Orçamento da SEE-SP
2002-2008

Ano	Orçamento Total (100%)	Orçamento da Educação	
		Participação no orçamento Total	
		Total - Educação	Pessoal e Encargos Educação
2002	46.831.098.893	16,06%	13,47%
2003	49.713.197.689	16,66%	12,71%
2004	54.618.432.678	17,54%	12,63%
2005	62.218.657.168	15,82%	11,92%
2006	81.292.048.395	14,29%	10,55%
2007	84.986.001.490	14,12%	10,40%
2008	96.873.844.780	13,89%	10,12%

Fonte: LOA 2002-2008

Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp/Cepes

Uma queda semelhante ocorreu com relação à participação dos gastos com pessoal e encargos sobre os gastos totais do Estado. Entre 2002 e 2008, as fatias dos

gastos com pessoal e encargos passaram de 13,47% para 10,12% das despesas do Estado, uma queda de 3,35 pontos percentuais.

3.2 O desempenho do Quadro do Magistério

No mês de Julho de 2008 o **Quadro do Magistério** registrou 241.348 profissionais, sendo 71.060 PEB I, e 149.997 PEB II. As funções de professor coordenador, professor vice-diretor, diretor de escola e supervisor de ensino somam pouco mais de 20 mil cargos.

Dos 241.348 professores empregados em junho de 2008, 44,5% (107.402) eram OFA e 55,5%, (133.946) efetivos. No Boletim de janeiro a proporção era de 45,1% (OFAs) e 54,9% (Efetivos).

As comparações conforme categoria do Quadro do Magistério podem ser vistas na Tabela 5.

Tabela 5
Número de Funcionários Ativos do Quadro do Magistério, segundo classes
Rede Estadual – Julho de 2008

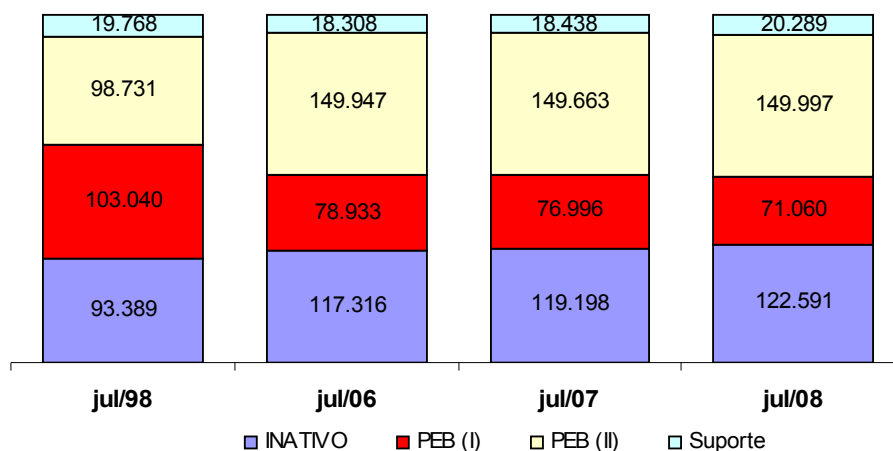
Classe do QM	Efetivo		OFA		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PEB I	30.110	42,4%	40.950	57,6%	71.060	100%
PEB II	87.402	58,3%	62.595	41,7%	149.997	100%
Prof. Coordenador	5.773	74,5%	1.971	25,5%	7.744	100%
Prof. Vice-Diretor	3.855	68,5%	1.772	31,5%	5.627	100%
Diretor	5.405	-	-	-	5.405	-
Supervisor	1.275	-	-	-	1.275	-
Outros	126	52,5%	114	47,5%	240	100%
Total	133.946	55,5%	107.402	44,5%	241.348	100%

Fonte: SEE – Boletim de Acompanhamento de Pessoal
 Elaboração: Dieese – Subseção Apeoesp/Cepes

A evolução do quadro do magistério ao longo do tempo revela que o número de professores PEB II cresceu de 98,7 mil para cerca de 150,0 mil entre 1998 e 2008, enquanto o número de professores PEB I teve uma queda de cerca de 30 mil vagas.

Já o contingente de supervisores, depois de uma queda entre 1998 e 2006, permanece com cerca de 20 mil trabalhadores, enquanto que os professores inativos aumentaram em cerca de 30 mil pessoas entre 1998 e 2008 (gráfico 10).

Gráfico 10
Evolução do Quadro do Magistério Total
Estado de São Paulo
1998-2008



Fonte: SEE – Boletim de Acompanhamento de Pessoal
 Elaboração: Dieese – Subseção Apeoesp/Cepes

4. Campanha Salarial e a nova tabela Salarial.

4.1) Evolução do salário base e perdas salariais acumuladas

Desde a implantação do atual plano de carreira (LC 836/97), em março de 1998, até fevereiro de 2007 a inflação apurada pelo ICV-DIEESE foi de 101,15%. Já o **salário base** da categoria foi reajustado em apenas 60,68%.

Neste período ocorreram quatro reajustes salariais na carreira do professor:

- 1) Em maio de 2002, de 5%;
- 2) Em agosto de 2004, de 13,38%;

3) Em setembro de 2005, de 15%.

4) Em julho de 2008, de 5%.

Fora os reajustes foram incorporados ao salário base o Prêmio de Valorização (PV) e a Gratificação por Trabalho Educacional (GTE) que também contribuíram para recuperação do salário base, a primeira em 4,48% e a segunda em 6,68%.

Tabela 6
Reajuste Salarial Magistério
De Março/1998 a agosto/2008

Índices	Sem gratificação	Com gratificação
ICV - DIEESE acumulado no Período	101,15%	101,15%
Reajuste salarial no período	60,68%	84,87%
Reajuste necessário em 1 de setembro de 2008	25,19%	8,81%

Fonte: APEOESP e DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

Observação: As perdas salariais referem-se ao professor PEB I, 24h. O ICV de agosto é um valor estimado.

Portanto, para recuperar o poder aquisitivo dos salários fixados em fevereiro de 1998, seria necessário um reajuste salarial de 25,19% sobre o salário base referência o piso salarial do Professor de Educação Básica I, com jornada

de 24 horas semanais, nível I. A recomposição da remuneração, ai incluindo as gratificações, por sua vez, deveria ser reajustada em 8,81% para retomar seu poder de compra de 1998.

4.2) A Nova Tabela Salarial

O reajuste concedido pelo governo no salário do magistério mais a incorporação da GTE consta na tabela salarial abaixo (Tabela 7). Pode-se observar que o aumento

sobre o salário base foi de 12% devido à incorporação (6,86%) e ao 5% de reajuste. Já o aumento sobre a remuneração foi em média 5,7%.

Tabela 7

Tabela Salarial da Classe Docente no Estado de São Paulo após o aumento

Carg	Jor	Nível	Salário Base	GG	GAM	Remu. Total	Aumento em relação ao Sal.Base	Aumento em relação a Remuneração Total
			a	b	c= (a+b)*15%			
PEB I	24 horas	I	785,50	48,00	125,02	958,52	12%	4,7%
		II	824,78	48,00	130,92	1.003,69	12%	5,0%
		III	866,01	48,00	137,10	1.051,11	12%	5,3%
		IV	909,32	48,00	143,60	1.100,91	12%	5,6%
		V	954,78	48,00	150,42	1.153,20	12%	5,9%
	30 horas	I	981,88	60,00	156,28	1.198,16	12%	4,7%
		II	1.030,96	60,00	163,64	1.254,61	12%	5,0%
		III	1.082,52	60,00	171,38	1.313,90	12%	5,3%
		IV	1.136,64	60,00	179,50	1.376,14	12%	5,6%
		V	1.193,47	60,00	188,02	1.441,49	12%	5,9%
PEB II	24 horas	I	909,32	48,00	143,60	1.100,91	12%	5,6%
		II	954,78	48,00	150,42	1.153,20	12%	5,9%
		III	1.002,52	48,00	157,58	1.208,10	12%	6,2%
		IV	1.052,65	48,00	165,10	1.265,75	12%	6,4%
		V	1.105,28	48,00	172,99	1.326,28	12%	6,7%
	30 horas	I	1.136,63	60,00	179,49	1.376,13	12%	5,6%
		II	1.193,46	60,00	188,02	1.441,48	12%	5,9%
		III	1.253,14	60,00	196,97	1.510,11	12%	6,2%
		IV	1.315,79	60,00	206,37	1.582,16	12%	6,4%
		V	1.381,59	60,00	216,24	1.657,82	12%	6,7%

Fonte: SEE-SP e DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

5. Conclusão

A arrecadação de imposto continua sendo alavancada pelo crescimento econômico. Esse fato tem permitido ao Estado uma folga maior na LRF para o aumento do gasto com pessoal. Os demonstrativos de gasto do primeiro quadrimestre mostram que esta folga é de cerca de 5,3 bilhões de reais.

Os dados do primeiro semestre indicam que é possível projetar um crescimento real de cerca de 15% da arrecadação tributária, o que deve levar a um aporte de cerca de 3 bilhões na educação, além dos previstos na LOA de 2008.

Os recentes aumentos concedidos pelo governo aos professores estaduais permanecem abaixo do crescimento da receita e

são insuficientes para recompor o poder de compra salário, desde a implantação do atual plano de carreira em 1998. Esse fato se agravou com a bolha inflacionária que pressionou os preços, principalmente de alimentos, na virada de 2007 para 2008 e entre maio de junho de 2008.

A economia não é uma ciência exata e não há bola de cristal que preveja o futuro da inflação, mas os principais indicadores mostram que ela está novamente retornando ao centro da meta estipulada pelo Banco Central. Entre as principais pistas neste sentido temos a deflação dos alimentos medida pelo IPCA, a manutenção do crescimento da taxa de investimento bem acima do consumo, e a subida do juro.